


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011883-87.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **R ROJIC ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA e outros**  
 Embargado: **BANCO SANTANDER BRASIL SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

R ROJIC ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, JOSÉ ALFREDO GALLUCCI ROIZ, MARIA ZULEICA GALLUCCI ROIZ, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos À Execução em face de BANCO SANTANDER BRASIL SA, também qualificado, alegando prejudicialidade entre os presentes embargos e a ação nº 0010794-80.2013, em trâmite por esta mesma 5ª Vara Cível, na medida em que nela se discute a revisão do mesmo contrato ora executado, havendo risco de decisões conflitantes, passando daí a indicar mantenha com o réu o contrato de conta corrente nº 13001297-1 em nome da autora *Rojic Ltda*, além de outras operações encadeadas a essa como contrato de capital de giro, empréstimos, cheque especial, em relação aos quais reclama a capitalização dos juros sobre saldo devedor e a prática de anatocismo, afrontando a Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*) e a Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal, e que, a ver dos autores, não estariam autorizadas pela Medida Provisória nº 2.17-36/2001 porquanto inconstitucional, passando aí a impugnar a cobrança de comissão de permanência cumulativamente a encargos moratórios como juros e multa moratória, que não poderia ser superior a 2%, daí pretenda a aplicação do Código de Defesa do Consumidor para que, reconhecida sua vulnerabilidade e hipossuficiência, seja determinada a inversão do ônus probatório, seja determinada a revisão dos contratos para aplicação da taxa legal de juros com capitalização anual, observada a taxa de 12% ao ano, excluindo-se a cumulação de encargos moratórios para determinar a repetição em dobro dos valores cobrados irregularmente.

O réu então contestou o pedido sustentando a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso na medida em que não existe relação de consumo, postulando a observância da *pacta sunt servanda*, apresentando histórico das taxas de juros cobradas em relação ao sistema financeiro para concluir não haja excesso algum no *spread*, enquanto em relação aos juros aponta a inaplicabilidade da Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*) ou da Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal, batendo-se pela constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36/2001 e pela inaplicabilidade dos juros de 12% ao ano, para rematar afirmando sejam lícitas as cláusulas moratórias, concluindo pela improcedência da ação; em relação à exibição dos contratos, afirma-a indevida porquanto não reclamadas administrativamente pelos autores.

A embargante replicou reafirmando os pleitos da inicial.  
 É o relatório.

Decido.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

A ação revisional de contrato proposta pela ora autora contra o mesmo banco ora embargado, que tramita por esta 5ª Vara Cível sob nº 0010794-80.2013, já foi julgada em 16 de janeiro de 2015, fato que impede a aplicação das regras de conexão, mas poderia, em tese, impor se reconhecesse a relação de prejudicialidade.

É preciso verificar, contudo, que na dita ação revisional a ora embargante demanda em litisconsórcio ativo com o seu sócio proprietário *José Alfredo Galucci Roiz*, reclamando a revisão dos contratos de conta corrente nº 13001297-1 em nome da autora *Rojic Ltda* e do contrato de conta corrente nº 01010989-0 em nome do autor *José Alfredo*, firmados no ano de 2007.

A execução ora embargada tem por objeto a *Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro nº 00333202230000008710*, emitida pela ora embargante em 13 de maio de 2011 (*vide fls. 13/19*), de modo que não havendo qualquer identidade entre os contratos discutidos, não há como se pretender havida relação de prejudicialidade, com o devido respeito.

Quanto ao mérito destes embargos, temos que os embargantes reclamam a capitalização dos juros sobre saldo devedor e a prática de anatocismo, que a seu ver afrontaria o disposto na Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*) e na Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal, as quais, não obstante autorizadas pela Medida Provisória nº 2.17-36/2001, deveriam ser coibidas dada a inconstitucionalidade dessas normas ao final mencionadas.

Sem razão, contudo, conforme já reiteradamente decidido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “*MONITÓRIA - JUROS - Ausência de limite para as instituições financeiras - Súmula Vinculante nº 7 do S.T.F. e Súmula 382 do S.T.J - CAPITALIZAÇÃO - Constitucionalidade do artigo 5º da MP nº 1.963-17/2000 declarada em controle difuso no Incidente de Inconstitucionalidade nº 0128514-88.2011, suscitado pela 18ª Câmara de Direito Privado nos termos dos artigos 190 e 191 do Regimento Interno, 97 da Constituição Federal e Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal*” (cf. Ap. nº 0016994-37.2012.8.26.0664 - 12ª Câmara de Direito Privado TJSP - 24/07/2014 <sup>1</sup>).

Vale destacar, porém, que no caso destes autos a *Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro nº 00333202230000008710*, foi emitida com taxa de juros pré-fixada, circunstância na qual, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “*no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros*”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 <sup>2</sup>).

E assim é porque “*em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida*” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 <sup>3</sup>).

Ora, a leitura do anexo da *Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro nº 00333202230000008710*, encartado às fls. 19 e fls. 20, demonstra claramente que o pagamento da dívida se faria em prestações de valor pré estabelecido e fixo, de modo que, conforme acima indicado, não há possibilidade de se falar em capitalização ou prática de anatocismo.

E tampouco de limitação dos juros em 12% ao ano cabe se falar, até porque se cuida de tema sumulado e já superado há mais de uma década.

A propósito, “*A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu*

<sup>1</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).

<sup>2</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).

<sup>3</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

*definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 <sup>4</sup>).*

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”.

No que diz respeito à teses de que teriam sido firmado vários contratos em operações “mata-mata” (sic.), o que equivale dizer, para pagamento do contrato vencido anteriormente, indicados genericamente pela embargante como *Capital de Giro, Cheque Especial Empresarial, Cédulas de Crédito Bancário*, é preciso lembrar que o processo civil é guiado pelo princípio da *substanciação*, que obriga o autor, nos termos do que regula o inciso III do art. 282, do Código de Processo Civil, a “*expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido*”, requisitos esses que “a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida”, pois da clareza desses dados dependerá “que o réu possa preparar sua defesa” (cf. MOACYR AMARAL SANTOS <sup>5</sup>).

Mas não é só: “*atos descritos são segmentos da História, ou eventos da vida, aos quais o demandante atribui a eficácia que lhe conferir o direito alegado e a necessidade de tutela jurisdicional postulada. Das dimensões que tiverem dependerão os limites da sentença a ser proferida (art. 128); bem como os da coisa julgada que sobre ela incidir*” (cf. CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO <sup>6</sup>).

Ora, se não há uma clara descrição dos vícios dos negócios que se quer revistos, impossível ao julgador dirigir a prova e, mais que isso, proferir uma sentença, já que essa deverá observar as *questões postas* pelo autor (cf. art. 128, Código de Processo Civil), como ainda os limites do pedido (cf. art. 460, mesmo Codex).

Por isso mesmo se tem decidido que “*insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações*” (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a “*alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório*” (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator <sup>7</sup>).

Logo, somente em relação aos contratos especificamente descritos na petição inicial poderá o juiz decidir, nos termos do que delimita o art. 128, cc. art. 282, III, do Código de Processo Civil.

Em relação à alegação de que o banco estaria a cobrar *spread* excessivo, tese que não está na inicial, mas veio indicada na réplica (fls. 349), não caberia a este Juízo dela conhecer, dada a inovação proibida pelo art. 264 do Código de Processo Civil.

<sup>4</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>5</sup> MOACYR AMARAL SANTOS, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Vol. 2, Saraiva, SP, 1999, p. 133.

<sup>6</sup> CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 127/128.

<sup>7</sup> LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Não custa considerar, contudo, que “o limite legal de 20% para a lucratividade dos contratos em geral” deve observar “o valor corrente de mercado do lucro para operações financeiras de uma mesma natureza, para somente então se calcular se o lucro apontado como abusivo realmente supera 20% do preço de mercado da operação, que já inclui o valor mutuado, custo de captação e lucro financeiro” (cf. ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE, *A Lesão Contratual no Direito Brasileiro e o Projeto do Novo Código Civil*)<sup>8</sup>, o que não vem nem de longe apontado na inicial.

Além disso, conforme lição de SILVIO RODRIGUES, a lesão “deve verificar-se no momento do contrato e não posteriormente. Pois, se naquele instante não houve disparidade entre os valores, incorreu lesão”<sup>9</sup>.

Quanto a uma suposta cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios, a leitura da memória de cálculo de fls. 26 deixa ver que são cobrados juros remuneratórios e juros de mora, apenas.

Tampouco multa está sendo cobrada.

Ou seja, os embargos são imprecisos e baseados em reclamos genéricos, deixando evidente seu intuito protelatórios, de modo que, rejeitadas as teses nele defendidas, cumprirá aos embargantes arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizada, observado o patamar máximo em consequência do caráter emulativo ora indicado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos, em consequência do que CONDENO os embargantes ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 10 de fevereiro de 2015.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>8</sup> JSTF - Volume 240 - Página 5;

<sup>9</sup> SILVIO RODRIGUES, *ob. cit.*, pág. 233;